



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SIMPLIFICADO - 19700895

(para contratações diretas de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por **dispensa ou inexigibilidade**)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 17056610

ID (PAC):

A demanda não foi prevista no PAC 2023, mas Conforme Despacho 19502381 no PAe SEI 0021522-71.2023.4.01.8000 foi informado que encontra-se reservado dotação para cobertura das despesas com o VIII concurso público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de pessoal da Justiça Federal de 1º e 2º graus na Ação Julgamento de Causas - GND 3 - UO 12101 e 12102 no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). O Despacho 19687274 informa haver a previsão de 6.000.000,00 na LOA de 2024 para a utilização nos custeios do concurso, na Ação Julgamento de Causas - GND 3 - UO 12101 e 12102.

A. Descrição sucinta da necessidade

Contratação de instituição para a prestação de serviços técnico-especializados para organização, planejamento e realização do VIII concurso público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de pessoal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Primeira Região.

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

Justifica-se a presente contratação para o preenchimento dos cargos vagos existentes e os que surgirão ao longo dos próximos 4 anos. A realização de concurso público é espécie de serviço que exige capacidade organizacional específica. Envolve expressiva quantidade de atividades e significativo empenho na realização dos serviços, com foco simultâneo no alto nível de avaliação dos candidatos e na preservação da segurança e confiabilidade dos procedimentos, a fim de que os melhores candidatos sejam selecionados para o ingresso no órgão, bem como para que o certame não seja atingido por nulidades. Nesse sentido, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização do processo de seleção, uma vez que o TRF-1 não dispõe de estrutura e de pessoal para conduzir as ações de seleção, observando o disposto no Inciso II do Art. 37 da CF/88, no Arts. 10 e 11 da Lei 8112/90, nas Resoluções do CNJ nº 203/2015 e nº 512/2023 e na Resolução do CJF nº 843/2023.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a realização de concurso público, visando o provimento de 25 cargos oferecido e a formação de cadastro reserva para os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, conforme a Planilha Cargos que serão oferecidos no VIII concurso (19687157).

A não contratação implicará *(expor as consequências advindas da não contratação)*

O não preenchimento dos cargos vagos e a não prestação jurisdicional a contento.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

Necessidade de tornar a prestação jurisdicional mais ágil e cumprir as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021-2026.

Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva - [Missão, Visão de Futuro e Valores do TRF-1](#)

Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa- [Objetivos estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região para os anos de 2021-2026](#)

Aprimorar a estrutura organizacional da área judicial - [Objetivos estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região para os anos de 2021-2026](#)

Alocar servidores com perfil adequado- [Plano Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal 2021 a 2026](#)

D. Proposta de solução

D.2. Estimativa de preços da solução

Conforme já mencionado, o TRF-1 não dispõe de estrutura e pessoal qualificado que possa conduzir as ações de realização de um evento do porte de um concurso público para provimento de cargo efetivo. A organização desse tipo de processo seletivo exige o envolvimento de profissionais experientes de diversas áreas, atenção a muitas especificidades e alto investimento em segurança que, quando não adequadamente satisfeitos, ensejam desgastes com demandas judiciais. Diante disso, a solução encontrada é **realizar contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.**

A empresa a ser escolhida pela Administração para organizar o certame precisa prestar o melhor serviço e obter o melhor resultado, selecionando indivíduos capazes de prestar um serviço público de qualidade. Uma instituição organizadora de Concurso Público precisa ser avaliada por sua experiência e capacidade técnica, pois realiza um serviço de alta complexidade técnica.

A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento licitatório ser realizado, mas, pela

particularidade do caso, decide o administrador não empreender a realização de licitação. Uma das hipóteses legais que justifica a dispensa de licitação é justamente a contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa (art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993).

Assim, não se vislumbram óbices à contratação direta mediante dispensa de licitação, desde que preenchidos cumulativamente os requisitos legais e demonstrado o nexo efetivo do objeto com a natureza da instituição, além de comprovada compatibilidade do preço a ser contratado, como sendo essa a alternativa que se propõe, visto ser a de preços de mercado a que melhor atende aos requisitos da contratação listados no presente Estudo e possibilita obter os melhores resultados.

Foram encaminhados Ofícios(19700697; 19700706; 19700728; 19700742; 19700751) às Instituições de relevo no cenário nacional na realização de concursos públicos e solicitado que apresentassem proposta para a realização do VIII concurso público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de pessoal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Primeira Região, conforme consta no autos do PAE SEI nº 0035423-09.2023.4.01.8000. Em resposta foram recebidas as propostas elencadas abaixo:

● **O Instituto AOCF** propõe o valor independente da quantidade de inscritos de R\$ 74,00 (oitenta reais) para os cargos de Analista Judiciário e de R\$ 49,00 para os cargos de Técnico Judiciário, conforme a Proposta AOCF (19633130).

● **O IBFC** propõe o valor independente da quantidade de inscritos de R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de Analista Judiciário e de R\$ 62,00 para os cargos de Técnico Judiciário, conforme a Proposta IBFC (19633146).

● **A FGV** apresenta a Proposta (19633159):

Realização da **prova somente nas capitais** dos estados que compõe a Justiça Federal da 1ª Região

Nº (n) de inscrições efetivadas *	Valor a ser pago à contratada (em R\$)	Valor a ser cobrado por inscrição excedente ** (em R\$)
$n \leq 100000$	R\$ 6.500.000,00	-
$100001 \leq n \leq 120000$	R\$ 6.500.000,00 + R\$ 49,00 x (n - 100000)	R\$ 49,00
$120001 \leq n \leq 140000$	R\$ 7.480.000,00 + R\$ 48,00 x (n - 120000)	R\$ 48,00
$140001 \leq n \leq 160000$	R\$ 8.440.000,00 + R\$ 47,00 x (n - 140000)	R\$ 47,00
$160001 \leq n \leq 180000$	R\$ 9.380.000,00 + R\$ 46,00 x (n - 160000)	R\$ 46,00
$n > 180000$	R\$ 10.300.000,00 + R\$ 45,00 x (n - 180000)	R\$ 45,00

● **O CEBRASPE** apresenta a Proposta (19633171):

Realização da prova **somente nas capitais** dos estados que compõe a Justiça Federal da 1ª Região.

Cargo	Estimativa de inscritos*	Valor da Taxa	Valor Global Estimado
Técnico Judiciário	55.000	68,00	3.366.000,00
Analista Judiciário	95.000	91,00	7.780.500,00
Total	150.000	-	11.146.500,00

* Entende-se por inscrição efetivada a inscrição paga ou a inscrição isenta.

**Entende-se por inscrição excedente aquela que ultrapassa o número de inscrições efetivadas que inicia cada faixa.

Diante do exposto acima, apresento Quadro-Resumo das propostas:

Instituição	Quantidade Estimada	Aplicação por UF (nas capitais da 1ª Região)	
		Valor Estimado	Custo por Inscrição
FGV 19633159	150.000	R\$ 8.910.000,00	59,40
FGV Analista	95.000	R\$ 5.643.000,00	59,40
FGV Técnico	55.000	R\$ 3.267.000,00	59,40
IBFC 19633146	150.000	R\$ 11.010.000,00	73,40
IBFC Analista	95.000	R\$ 7.600.000,00	80,00

IBFC Técnico	55.000	R\$ 3.410.000,00	62,00
Cebraspe 19633171	150.000	R\$ 12.385.000,00	82,57
Cebraspe Analista	95.000	R\$ 8.645.000,00	91,00
Cebraspe Técnico	55.000	R\$ 3.740.000,00	68,00
AOCP * 19633130	150.000	R\$ 9.725.000,00	64,83
AOCP Analista	95.000	R\$ 7.030.000,00	74,00
AOCP Técnico	55.000	R\$ 2.695.000,00	49,00

Esclareço que o método utilizado **para obtenção do preço estimado foi o de menor valor.**

Com o intuito de subsidiar a contratação, foi realizada pesquisa de preço público em concursos similares ao que se propõe e obtivemos os seguintes referenciais:

Instituição	Documento Processo 0021522-71.2023	Quantidade Estimada	Valor Contratado Estimado	Custo por Inscrição	Observações:
FGV / Receita Federal	19634385	200.000	R\$ 17.798.800,00	88,99	aplicação em todas as capitais do país
FGV / TJDF	19663225	100.000	R\$ 5.610.000,00	56,10	execução dos serviços em Brasília - DF
CEBRASPE / TJCE	19668939	30.000	R\$ 3.024.000,00	100,80	aplicação na cidade de Fortaleza - CE
CEBRASPE / TJES	19669131	30.000	R\$ 2.390.064,01	79,67	aplicação na cidade de Vitória - ES
CEBRASPE / TCDF	19669788	21.420	R\$ 2.822.760,00	131,78	realizado na cidade de Brasília - DF

Em análise, observa-se que a situação da Justiça Federal da Primeira Região é atípica, não sendo possível ser completamente referenciada por outros concursos, tendo em vista a extensão territorial e a diversidade socioeconômica existente, abrangendo 13 estados da federação e o Tribunal Regional Federal com sede em Brasília.

Esclareço que o método utilizado **para obtenção do preço estimado foi o de menor valor.**

Para melhor comparação, optou-se por estabelecer um previsão de 150.000 inscritos para o VIII concurso. O número previsto de 150.000 (cento e cinquenta) mil candidatos se dá tendo em vista que no último concurso realizado (VII concurso - Processo 0010681-95.2015.4.01.8000 - Concurso Público) o número de inscritos chegou a 174.097 (Cento e setenta e quatro mil e noventa e sete). A expectativa de inscritos para o VIII concurso é menor tendo em vista o desmembramento da SJMG, com a criação do TRF-6, por meio da Lei Nº 14.226/2021, e a transformação em nível superior do cargo de Técnico Judiciário, por meio da Lei Nº 14.456/2022.

Importante ressaltar que foram despendidos para a realização do VII Concurso o valor de R\$7.183.780,31, conforme demonstrativo:

<i>Projeção de quantidade de inscrições</i>	<i>Cargo</i>	<i>Valor unitário fixado por inscrição (R\$)</i>	<i>Valor total estimado (R\$)</i>
98.854	<i>Técnico Judiciário</i>	39,00	3.855.306,00
58.895	<i>Analista Judiciário</i>	55,00	3.239.225,00
Total			7.094.531,00
Valor acrescido em razão do 1º Termo Aditivo			89.249,31
Valor total contratado			7.183.780,31

Dentre as opções analisadas, a FGV foi a instituição que apresentou a proposta mais vantajosa. Sendo assim, levando em consideração a proposta comercial apresentada no documento 19633159 combinado com o disposto no quadro acima, percebe-se que o valor a ser pago por este Tribunal, na modalidade provas por unidade da Federação, está inferior ao preço praticado pelas empresas no mercado e ao cobrado de outros órgãos públicos.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

O parcelamento da solução não se aplica, uma vez tratar-se de contratação de instituição especializada para prestação de serviços na realização de concurso público.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

São requisitos qualitativos mínimos exigidos em virtude do objeto da contratação: a instituição a ser escolhida deverá possuir experiência comprovada na realização de concursos para o judiciário federal, respeitabilidade e confiabilidade decorrentes da eficiência e pontualidade. Além disso, deverá cumprir os prazos em todas as etapas do concurso e atender aos requisitos de celeridade, modernidade, segurança e ampla capacidade tecnológica, necessárias para a execução do concurso. Deverá possuir mecanismo para prevenção de fraudes, além de mecanismo de segurança na confecção, impressão e deslocamento de provas e deve ser comprometida em promover acessibilidade às pessoas com deficiência durante todas as etapas do concurso em questão.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) Conhecimento possui mais de uma década de larga experiência na realização de exames, avaliações, concursos e certificações, proporcionando excelência na organização de concursos públicos. Os serviços prestados pela instituição vai desde a elaboração do edital, confecção das questões, execução de todas as etapas do concurso até a apreciação de eventuais recursos, conforme o documento 19633159.

A FGV Conhecimento tem atuação em todo o território brasileiro com expertise em planejamento, organização e execução de dezenas de concursos públicos de abrangência nacional, com destaque para o certame do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2016, que contou com 511.185 candidatos inscritos, no qual as provas foram aplicadas em 165 municípios distribuídos em todas as Unidades da Federação. Também foi responsável pelo concurso público de âmbito nacional das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022, com 621.228 inscritos), Senado Federal (160 mil inscritos), Fundação Regional de Saúde do Estado do Ceará (164.290 inscritos), Tribunal de Contas da União (19.932 inscritos), entre outros.

Além disso, a instituição também tem experiência na elaboração de provas de certames públicos de órgãos do Poder Judiciário, tais como: Conselho Superior de Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, e outros. Ressalta-se que a FGV é a empresa contratada para a organização do concurso de Juiz Federal Substituto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que está em andamento.

Para garantir questões de alta qualidade, a equipe acadêmica da FGV proporciona toda a orientação e o apoio técnico necessários aos professores. As questões são produzidas de modo a avaliar diferentes habilidades cognitivas, que vão da memorização à aplicação do conhecimento em situações novas e ao julgamento crítico, e vários níveis de dificuldade, definidos em função das competências levantadas e do público-alvo.

Após o término das inscrições, a FGV Conhecimento procederá à análise do banco de cadastro dos candidatos inscritos, verificando se há duplicidade de nomes, homônimos, identificação de fraudadores em outros concursos públicos ou qualquer característica fora dos padrões considerados normais.

Ressalta-se que todos os procedimentos de elaboração, impressão e empacotamento e transporte das provas são baseados em rígidas normas de segurança, que asseguram a manutenção do sigilo nas várias fases de desenvolvimento dos testes, da elaboração até a impressão e transporte do material definitivo. A empresa apresentou de forma detalhada o plano de segurança, conforme documento (19631379).

A FGV compromete-se em providenciar locais de provas com infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física e facilidades de acesso a todos os candidatos, inclusive dos candidato com deficiência e mobilidade reduzida, conforme documento (19633159).

Apresento abaixo a relação dos cargos para os quais haverá prova no VIII Concurso, destaco que a maioria será para formação de Cadastro de Reserva, conforme consta na 19700811 e no Manual de Descrição e Especificação de Cargos (Anexo Res) (19278780):

CARGO	
ACRE	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
AMAPÁ	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
AMAZONAS	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA

	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE CONTABILIDADE
BAHIA	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENFERMAGEM
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
GOIÁS	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: ARQUITETURA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
MARANHÃO	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: EDIFICAÇÕES	
MATO GROSSO	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO	
PARÁ	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
PIAUI	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

RONDÔNIA	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE: INSPETOR DA POLICIA JUDICIAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
RORAIMA	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
TOCANTINS	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
DISTRITO FEDERAL	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: MEDICINA (CLÍNICA GERAL)
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: MEDICINA (ORTOPEDIA)
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: MEDICINA (CARDIOLOGIA)
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: MEDICINA (DO TRABALHO)
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENFERMAGEM
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ODONTOLOGIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SERVIÇO SOCIAL
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: PSICOLOGIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: FISIOTERAPIA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA ELÉTRICA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA MECÂNICA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ARQUITETURA
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE DADOS
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA
	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE AGENTE DA POLICIA JUDICIAL
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE
	TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENFERMAGEM

TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO
TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Apresento a relação dos cargos para os quais serão oferecidas vagas no VIII Concurso, conforme a Planilha Vagas oferecidas no VIII concurso (19701981), ressalto que ao todo serão 25 vagas oferecidas, os demais cargos serão formação de cadastro de reserva, de acordo com a tabela abaixo:

UF	SECCIONAL	LOCAL	NOME CARGO	TIPO DE VAGA
AC	ACRE	RIO BRANCO	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	1
AP	AMAPA	MACAPA	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE	1
AM	AMAZONAS	MANAUS	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	1
BA	BAHIA	SALVADOR	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	1
DF	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE	1
GO	GOIAS	GOIANIA	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE	1
MA	MARANHAO	SÃO LUIS	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	1
MT	MATO GROSSO	CUIABA	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA	1
PA	PARA	BELEM	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL	1
PI	PIAUI	TERESINA	TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA	1
RR	RORAIMA	BOA VISTA	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	1
TO	TOCANTINS	PALMAS	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL	1
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ARQUITETURA	1
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL	1
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	1
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA	1
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	TÉCNICO JUDICIÁRIO -ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2
TR	TRIBUNAL	BRASILIA - TRF	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	4

São requisitos quantitativos mínimos da instituição a ser contratada: ter realizado concursos com mais de 100.000 inscritos e em pelo menos 13 capitais simultaneamente.

Nesse aspecto restou comprovada a capacidade técnica e operacional da FGV, uma vez que a instituição realizou diversos concursos em nível regional e nacional, como informado no Questionário FGV (19631379), com destaque para os seguintes concursos:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - com 621.228 candidatos inscritos, em 2022, com provas em diversas cidades em todo o território nacional.

Senado Federal - cerca de 160.000 inscritos, com provas em todas as capitais.

Além de apresentar todos os requisitos qualitativos e quantitativos mínimos requeridos, a FGV Conhecimento apresentou a proposta com menor valor, sendo, dessa forma, a instituição escolhida para a prestação de serviços técnico-especializados para organização, planejamento e realização do VIII concurso público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de pessoal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Primeira Região.

O número previsto de 150.000 (cento e cinquenta) mil candidatas se dá tendo em vista que no último concurso realizado (VII concurso - Processo 0010681-95.2015.4.01.8000 - Concurso Público) o número de inscritos chegou a 174.097 (Cento e setenta e quatro mil e noventa e sete). A expectativa de inscritos para o VIII concurso é menor tendo em vista o desmembramento da SJMG com a criação do TRF-6, por meio da Lei Nº 14.226/2021, e a transformação em nível superior do cargo de Técnico Judiciário, por meio da Lei Nº 14.456/2022.

No que diz respeito ao concurso anterior para a seleção de servidor, também realizado por dispensa de licitação, em 2017, e contratação do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), conforme informações constantes no PAe (VII concurso - Processo 0010681-95.2015.4.01.8000 - Concurso Público), informo que não foram identificadas intercorrências, seja no planejamento da contratação, na seleção da instituição especializada para a prestação dos serviços ou na gestão do contrato.

E.2. Critérios de sustentabilidade

Não se aplica ao caso. Não encontrado no manual de sustentabilidade algum item que se aplique à situação.

E.3. Critérios de acessibilidade

- isenção de taxa de inscrição para candidatos que forem membros de família de baixa renda e que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
- isenção da taxa de inscrição para doadores de medula óssea;
- 5% do total de vagas destinadas aos candidatos com deficiência e 20% para candidatos negros ou índios;
- atendimento especial para a realização das provas (deficientes, lactantes etc.)

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos (somente nos casos de aquisição de bens permanentes)

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.
	O ITEM E.4. NÃO SE APLICA AO CASO				

F. Descrição da solução como um todo

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratação correlata.

F.4. Descrição integral da solução

Contratação de instituição para a prestação de serviços técnico-especializados de organização, planejamento e realização do VIII Concurso Público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de pessoal da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como de prestação de apoio técnico.

G. Declaração de viabilidade

Declaro que a solução escolhida é totalmente viável, tendo em vista que não há outra forma de prover os cargos de analista judiciário e técnico judiciário que não seja por meio de concurso público.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Fernanda Rodrigues Lobo Brandão

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*

Estela Maria Barbosa da Cruz



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Rodrigues Lobo Brandão**, Supervisor(a) de Seção, em 20/12/2023, às 16:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Estela Maria Barbosa da Cruz**, Diretor(a) de Secretaria, em 20/12/2023, às 16:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **19700895** e o código CRC **B9E85AA0**.